



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório Semestral de Execução Orçamental

primeiro semestre
2024

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	ATIVIDADE	3
2.1.	CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	3
2.2.	COMPLEXO DE TÊNIS DO PORTO SANTO	4
2.3.	CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	5
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	6
3.1.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	6
3.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	9
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.....	13
5.	RECEITAS OPERACIONAIS	15
6.	GASTOS OPERACIONAIS	15
6.1.	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	16
6.2.	GASTOS COM PESSOAL.....	17
7.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
7.1.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	18
7.2.	BALANÇO.....	20
7.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	21
8.	INFORMAÇÃO ADICIONAL	22
8.1.	PESSOAL	22
8.2.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	22
8.3.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS	23
8.4.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	23
9.	CONCLUSÃO	24
10.	ANEXOS	25

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento sócio económico, de forma integrada e sustentada da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades,

investimento e execução orçamental do primeiro semestre de 2024 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e, ainda, um circuito curto de “par” 3 desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

A estrutura conta com um conjunto de serviços e espaços de lazer tais como restaurante, bar, sala de bilhar, sala de estar, loja “pro-shop”, serviços administrativos.

QUADRO 1 – VARIAÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º SEMESTRE

Atividade	1.º Semestre		Variação 2024/2023	
	2023	2024	N.º	%
N.º de voltas Global	17 933	23 008	5 075	28,30%
N.º de voltas - Operação Dinamarca ¹	15 938	20 195	4 257	26,71%
TOTAL	33 871	43 203	9 332	27,55%

Fonte – Porto Santo Golfe

O quadro acima, reflete a variação do número de voltas, entre o primeiro semestre de 2023 e 2024.

Como se pode verificar no semestre em análise, o número de voltas é muito superior comparativamente ao período análogo, verificando-se um acréscimo na ordem dos 27,55%.

¹ Operação Escandinávia – Acordo de Vendas com o Hotel Vila Baleira, em que consiste na venda de green fees do Campo de Golfe do Porto Santo, bem como, a utilização do Complexo de Ténis do Porto Santo, aos clientes provenientes dos voos do Mercado Escandinavo.

De realçar que na operação Escandinávia, e em finais de 2023, teve início uma nova operação, com a escala semanal de um voo charter proveniente da Noruega.

2.2. Complexo de Ténis do Porto Santo

O Complexo de Campos de Ténis é constituído por 1 campo principal e 5 secundários, possui ainda 2 campos de “padel”.

A estrutura desportiva é apoiada por um “Club House”, loja “Pró-Shop”, bar/restaurante, varandas sobre o estádio, sala de formação, sala de reuniões, enfermaria/gabinete médico e áreas de apoio aos atletas.

QUADRO 2 – VARIAÇÃO DE UTENTES – 1.º SEMESTRE

Utilizações	1.º Semestre		Variação 2023/2024	
	2023	2024	N.º	%
Campos de Ténis	326,00	355,00	29,00	8,90%
Campos de Padel	438,00	819,00	381,00	86,99%
Total	764	1 174	410	53,66%

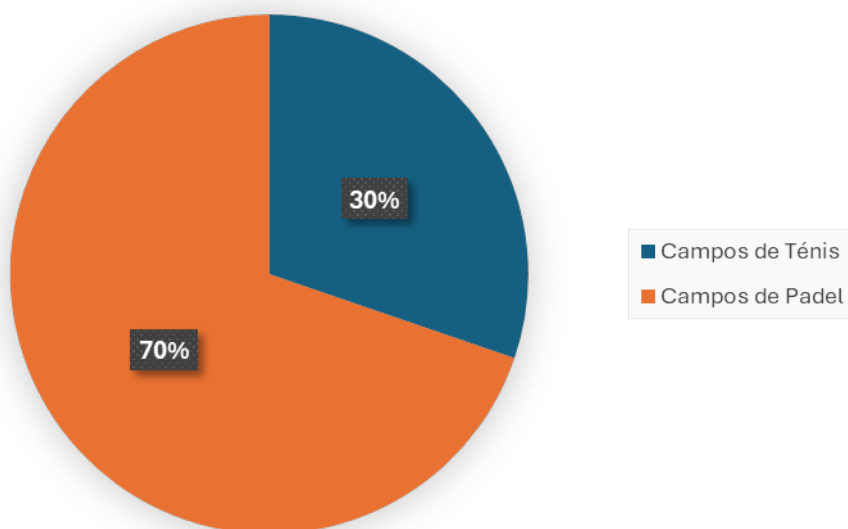
Fonte – Complexo de ténis do Porto Santo

Como se pode verificar no semestre em análise, existe um incremento no número de utilizadores na ordem dos 53,66%.

Note-se que no ano anterior, o acesso esteve limitado por motivo da empreitada de reabilitação.

De realçar o aumento significativo de utentes a jogar padel, em detrimento dos jogadores de ténis, acompanhando as novas tendências no que se refere a jogos de raquete.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOGADORES POR MODALIDADE – 1.º SEMESTRE



Fonte – Complexo de ténis do Porto Santo

2.3. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos.

Frequentemente são apresentadas iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo, com serviços técnicos assegurados.

O centro cultural apresenta como espaço principal um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem, ainda, à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

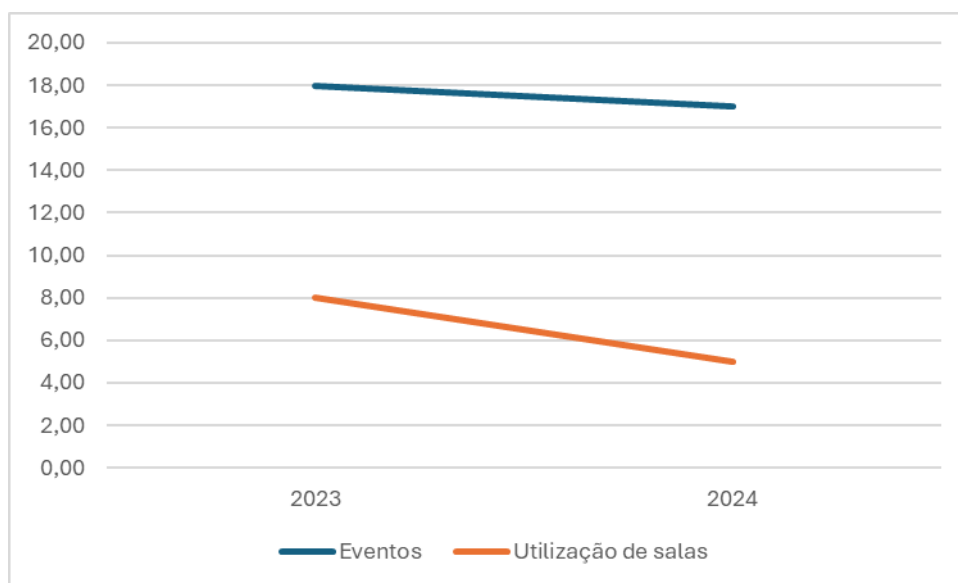
QUADRO 3 – VARIAÇÃO DE EVENTOS – 1.º SEMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Semestre		Variação 2023/2024	
	2023	2024	N.º	%
Eventos	18,00	17,00	-1	-5,56%
Utilização de salas	8,00	5,00	-3	-37,50%
Total	26	22	-4	-15,38%

Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

Comparativamente ao período homólogo diminuiu o número de eventos e da utilização do auditório, apesar do enorme esforço que levar eventos à Ilha do Porto Santo.

GRÁFICO 2– DISTRIBUIÇÃO DOS EVENTOS – 1.º SEMESTRE



Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2024:

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA – 1.º SEMESTRE

RESUMO DA RECEITA - SDPS			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Receitas Correntes	1 622 272,00	980 833,87	60,46%
Outras Receitas Correntes	54 528,00	1 381,24	2,53%
SUBTOTAL	1 676 800,00	982 215,11	58,58%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	848 166,00	181 600,00	21,41%
Transferências de Capital	1 230 309,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	269 516,00	584 301,00	216,80%
SUBTOTAL	2 347 991,00	765 901,00	32,62%
Saldo Gerência Anterior (16)	4 755 600,00	1 529 992,60	32,17%
SUBTOTAL	4 755 600,00	1 529 992,60	32,17%
TOTAL	8 780 391,00	3 278 108,71	37,33%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

De realçar que no ano de 2024, e em função da situação política, ainda não foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, pelo que a execução orçamental, com as exceções previstas na lei, está a ser executada em regime duodecimal.

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro trimestre de 2024 foi de 37,33%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução de 58,58% e as Receitas de Capital tiveram uma execução de 32,62%.

A rubrica Receitas Correntes teve uma execução de 60,46%, sendo o expectável para o período em análise. Estas receitas provêm maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, sendo as restantes provenientes do Complexo de Ténis, Centro Cultural e de Congressos, e ainda, das taxas dos contratos das concessões e dos arrendamentos.

Na rubrica Venda de Bens de Investimento, a execução de 21,41% no valor de 181 600€, advinda da venda de um lote no loteamento do Porto Santo Golfe.

Nas Receitas de Capital, a rubrica Transferências de Capital, verifica-se uma execução nula, explicada pelo facto não terem sido celebrados Contratos-Programa com a RAM.

A rubrica de Ativos Financeiros, registou um valor de 584 301€, resultante da injeção de capital por parte do acionista RAM, a qual deveria ter ocorrido no ano de 2023, mas só se veio a realizar no 1º trimestre 2024.

Analisando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de:

- Transferências da RAM (311) - 18,00%;
- Receitas Próprias (FF 513) – 36,00%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 46,00%.

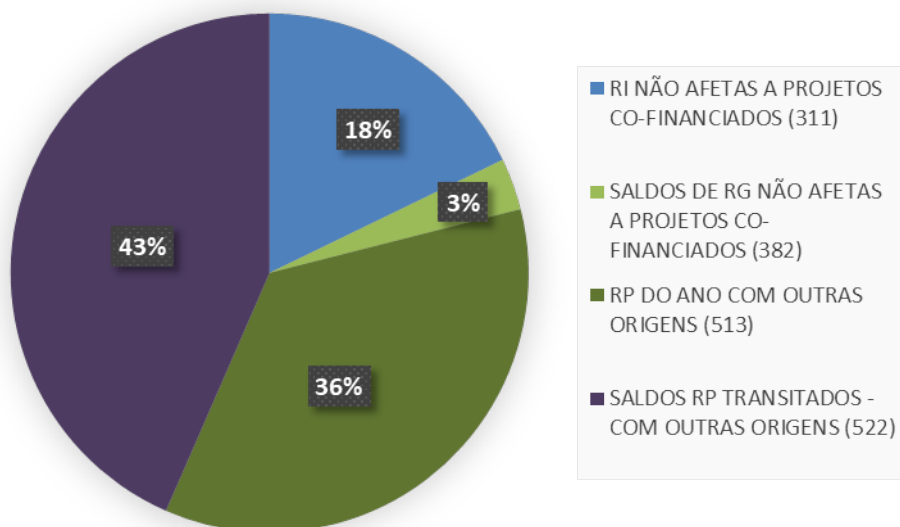
O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado no Orçamento da SDPS.

QUADRO 5 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º SEMESTRE

RESUMO DA RECEITA- SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	269 516,00	584 301,00	216,80%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	545 102,00	105 577,55	19,37%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	549 000,00	0,00	0,00%
REACT (486)	681 309,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 521 438,00	1 163 815,11	46,16%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	4 129 376,00	1 424 415,05	34,49%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	81 122,00	0,00	0,00%
TOTAL	8 780 391,00	3 278 108,71	37,33%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Verificamos que cerca de 82% das receitas foram provenientes de receitas próprias e saldo de gerência de anos anteriores.

QUADRO 6 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA– 1.º SEMESTRE 2023/2024

RESUMO DA RECEITA				
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO SEMESTRAL		VARIAÇÃO	
	2023	2024	VALOR	%
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,0%
Receitas Correntes	647 813,67	980 833,87	333 020,20	51,4%
Outras Receitas Correntes	5 031,34	1 381,24	-3 650,10	-72,5%
SUBTOTAL	652 845,01	982 215,11	329 370,10	50,5%
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	0,00	181 600,00	181 600,00	100,0%
Transferências de Capital	16 750,00	0,00	-16 750,00	-100,00%
Ativos Financeiros	0,00	584 301,00	584 301,00	100,0%
SUBTOTAL	16 750,00	765 901,00	749 151,00	4472,5%
Saldo Gerência Anterior	3 225 603,89	1 529 992,60	-1 695 611,29	-52,6%
SUBTOTAL	3 225 603,89	1 529 992,60	-1 695 611,29	-52,6%
TOTAL	3 895 198,90	3 278 108,71	-617 090,19	-15,8%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

- No que concerne à variação na Rubrica das Receitas Correntes, existe um aumento de 51,4% comparativamente ao período homologado. Esta variação provém maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, do Complexo de Ténis, Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos.
- A rubrica Outras Receitas Correntes, obteve uma redução de 72,5%, essencialmente devido ao facto de em 2024 os valores faturados extra contratos terem sido inferiores aos faturados em 2023.

Já no que se refere à variação das Receitas de Capital, a variação é de 4.4472,5 %, uma vez que no ano de 2023, a execução foi muito reduzida.

No global podemos verificar que há uma diminuição de 15,8 %, resultante da diminuição do valor do Saldo de Gerência que transitou do ano anterior. Contribuiu, significativamente, o investimento realizado no Porto Santo com receitas próprias.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2024:

QUADRO 7 – RESUMO DA DESPESA– 1.º SEMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Despesas com Pessoal	2 270 367,00	545 110,69	24,01%
Aquisição Bens Serviços	1 581 586,00	183 999,44	11,63%
Juros e Outros Encargos	157 644,00	29,49	0,02%
Administração Regional	15 528,00	5 959,66	38,38%
Outras Despesas Correntes	99 414,00	49 684,00	49,98%
SUBTOTAL	4 124 539,00	784 783,28	19,03%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	4 269 028,00	64 318,49	1,51%
Ativos Financeiros	386 824,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	4 655 852,00	64 318,49	1,38%
TOTAL	8 780 391,00	849 101,77	9,67%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2024 foi de 9,67%, sendo que as Despesas Correntes tiveram uma execução de 19,03%, enquanto as Despesas de Capital apresentam uma execução residual de 1,38%.

A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 24,01%, sendo o expectável, para o semestre em análise.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma execução de 11,63%. Contribuíram para esta execução as seguintes rubricas:

- Eletricidade, dos respetivos empreendimentos;
- Água, dos respetivos empreendimentos; e
- Outros Serviços, sendo os contratos com mais peso nesta rubrica, gestão documental, arquivo documental e serviços de contabilidade.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, nomeadamente juros de mora, verificando-se uma execução de 0,02%.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração trabalhadores colocados ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT), promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 49,98%, deve-se maioritariamente ao pagamento das taxas decorrentes do Contrato de Concessão de Domínio Público Marítimo n.º 12, para o empreendimento do Penedo do Sono, bem como, a regularização contabilística referente às retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa.

Registou-se apenas uma execução na Aquisição Bens de Capital, respeitante à despesa relacionada com investimentos, nomeadamente, com a aquisição de bens de imobilizado.

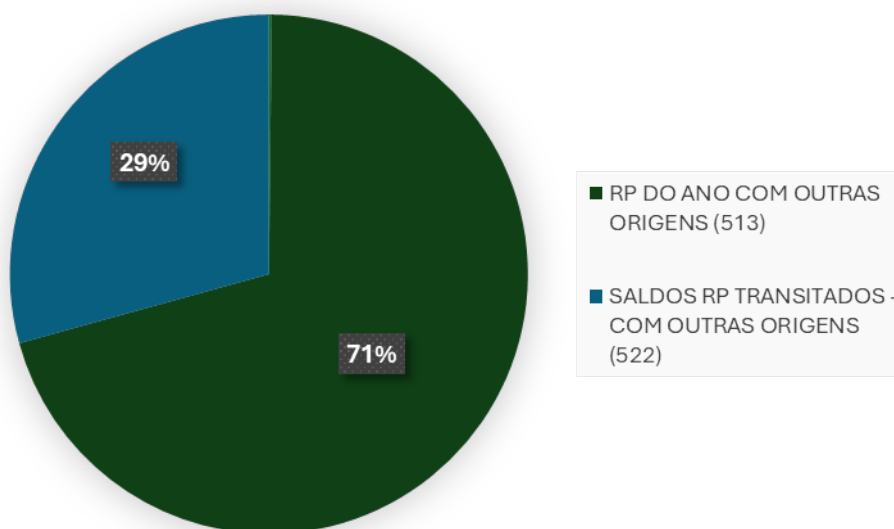
Analisando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa com recurso às Receitas Próprias teve uma execução de 71,00%.

QUADRO 8 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º SEMESTRE

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	269 516,00	0,00	0,00%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	0,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	545 102,00	1 502,79	0,28%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	0,00	0,00	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
LEI DE MEIOS (391)	0,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	549 000,00		0,00%
REACT (486)	681 309,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 521 438,00	598 972,27	23,76%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	4 129 376,00	248 626,71	6,02%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	81 122,00	0,00	0,00%
TOTAL	8 780 391,00	849 101,77	9,67%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 9 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA– 1.º SEMESTRE 2023/2024

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO TRIMESTRAL		VARIAÇÃO	
	2023	2024	VALOR	%
Despesas com Pessoal	394 381,25	545 110,69	150 729,44	38,22%
Aquisição Bens Serviços	249 835,32	183 999,44	-65 835,88	-26,35%
Juros e Outros Encargos	76 351,33	29,49	-76 321,84	-99,96%
Administração Regional	7 470,74	5 959,66	-1 511,08	-20,23%
Outras Despesas Correntes	36 103,66	49 684,00	13 580,34	37,61%
SUBTOTAL	764 142,30	784 783,28	20 640,98	2,70%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	342 224,52	64 318,49	-277 906,03	-81,21%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	386 823,63	0,00	-386 823,63	-100,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	729 048,15	64 318,49	-664 729,66	-91,18%
TOTAL	1 493 190,45	849 101,77	-644 088,68	-43,14%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No que respeita à variação das Despesas Correntes:

A rubrica Despesas com Pessoal, teve uma variação de 38,22%, explicada essencialmente pelos aumentos salariais decorrentes da implementação do Decreto-Lei n.º 108/2023, bem como, da implementação do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2024/M, que aprova o

salário mínimo regional para 2024. Este acréscimo justifica-se também pela implementação do Acordo Coletivo de Trabalho, apesar de situações retroativas, os pagamentos apenas foram efetuados no 3.º trimestre de 2023.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços, teve uma variação negativa de 26,35%, justificada pela redução das despesas correntes, na medida em que estamos a trabalhar no regime duodecimal.

A rubrica Juros e Outros Encargos, teve uma variação significativa de -99,96%, explicado pela passagem em 2023 dos empréstimos contraídos junto da banca internacional ativos para a RAM.

A rubrica Administração Regional, obteve uma diminuição em cerca de 20,23%, explicada pela diminuição do número de trabalhadores ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária e da Medida de Apoio à Integração de Subsidiados, promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

A rubrica Outras Despesas Correntes, teve um aumento significativo de 37,61%, resultante da regularização na contabilidade das retenções efetuadas em sede de IRC, a clientes, bem como, custos à concessão de DPM² no Porto Santo.

Já no que se refere à variação das Despesas de Capital, há uma redução acentuada devido essencialmente a não ter sido dado início as obras previstas para 2024.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 10 – INVESTIMENTOS – 1.º SEMESTRE

Designação	Orçamento Inicial 2024	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
52509	314 947,00 €	154 947,00 €	8 900,46 €	5,74%
REFORÇO DA COBERTURA E IMPLEMENTAÇÃO / REABILITAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - MERCADO / PRAÇA DO BARQUEIRO				
392	160 000,00 €	- €	- €	0,00%
522	154 947,00 €	154 947,00 €	8 900,46 €	5,74%
52512	734 000,00 €	734 000,00 €		0,00%
REVITALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DO CAMPO DE TÊNIS - COMPLEXO CAMPO TÊNIS			- €	0,00%

² DPM – Domínio Público Marítimo

Designação	Orçamento Inicial 2024	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
513	40 000,00 €	40 000,00 €	- €	0,00%
522	694 000,00 €	694 000,00 €	- €	0,00%
52735	956 540,00 €	956 540,00 €	- €	0,00%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	956 540,00 €	956 540,00 €	- €	0,00%
486	681 309,00 €	681 309,00 €	- €	0,00%
513	120 231,00 €	120 231,00 €	- €	0,00%
522	155 000,00 €	155 000,00 €	- €	0,00%
52736	325 666,00 €	285 666,00 €	8 618,03 €	9,40%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	325 666,00 €	285 666,00 €	8 618,03 €	9,40%
382	200 000,00 €	200 000,00 €	983,94 €	0,49%
513	125 666,00 €	85 666,00 €	7 634,09 €	8,91%
52737	18 300,00 €	18 300,00 €	- €	0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00 €	18 300,00 €	- €	0,00%
513	18 300,00 €	18 300,00 €	- €	0,00%
52738	6 100,00 €	6 100,00 €	- €	0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00 €	6 100,00 €	- €	0,00%
513	6 100,00 €	6 100,00 €	- €	0,00%
53041	421 295,00 €	934 901,00 €	- €	0,00%
REABILITAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO	421 295,00 €	934 901,00 €	- €	0,00%
392	75 394,00 €	549 000,00 €	- €	0,00%
513	40 000,00 €	80 000,00 €	- €	0,00%
522	305 901,00 €	305 901,00 €	- €	0,00%
53042	142 800,00 €	142 800,00 €	- €	0,00%
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	142 800,00 €	142 800,00 €	- €	0,00%
392	- €	- €	- €	0,00%
53236	83 000,00 €	83 000,00 €	46 800,00 €	56,39%
CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO - 2.ª				
FASE	83 000,00 €	83 000,00 €	46 800,00 €	56,39%
522	83 000,00 €	83 000,00 €	46 800,00 €	56,39%
52479	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	0,00%
REVITALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO - CENTRO HÍPICO	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	0,00%
513	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	0,00%
Total Geral	3 012 648,00 €	3 326 254,00 €	64 318,49 €	1,56%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Quanto aos investimentos acima elencados, teve execução o projeto 52736 – Equipamento Básico – SDPS, no valor de 8.618,03 €, referente à aquisição de peças para as máquinas do Campo de Golfe do Porto Santo. O projeto 52509 - Reforço da Cobertura e Implementação / Reabilitação do Empreendimento - Mercado / Praça do Barqueiro, no valor de 8.900,46 €.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro semestre de 2024 ascenderam a 899 790 €, resultantes, na sua maioria, dos contratos de concessão de exploração de espaços tutelados, bem como, pela exploração direta dos empreendimentos da SDPS.

QUADRO 11 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Receitas Operacionais	PAO 2024	Execução 2024	Variação
			%
Vendas e serviços prestados	900 000 €	894 307 €	99%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	0%
Outros rendimentos	327 000 €	5 483 €	2%
Total	1 227 000 €	899 790 €	73%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Nas Receitas Operacionais é possível verificar uma execução de 73 %, no primeiro semestre de 2024, face ao orçamentado no PAO 2024.

As Vendas e Serviços Prestados representam 99% do PAO para o ano 2024, pelo que é um valor muito pertinente e satisfatório, que resulta essencialmente da atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo.

Os Outros Rendimentos, teve uma execução muito baixa de 2%, abaixo do previsto para o semestre em análise, e tendo em conta a previsão efetuada no PAO.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro semestre 2024 ascenderam a 818 378 €, apresentando uma execução de 61%, face ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento para o primeiro semestre 2024.

QUADRO 12 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Gastos Operacionais	PAO 2024	Execução 2024	Variação
			%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10 000 €	28 538 €	285%
Fornecimentos e serviços externos	531 860 €	187 787 €	35%
Gastos com o pessoal	608 596 €	595 499 €	98%
Outros gastos	22 500 €	6 554 €	29%
Total	1 172 956 €	818 378 €	70%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Em relação à execução, pode-se concluir que o CMVMC teve uma execução elevada em 285%, face ao previsto no PAO do ano corrente, resultante do aumento das vendas que superaram a execução estimada para o semestre em análise, implicando diretamente um acréscimo, no custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, se bem que estas têm contrapartida financeira nas vendas.

6.1. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 13 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Semestre		Variação
		2024	2023	%
6221	Trabalhos especializados	13 260,30	12 198,45	9%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	14 752,36	34 719,74	-58%
6226	Conservação e reparação	3 419,84	12 763,24	-73%
6229	Outros serviços especializados	50,00	0,00	100%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 833,11	24 524,56	-88%
6233	Material de escritório	922,19	768,56	20%
6241	Eletricidade	36 762,36	41 038,04	-10%
6242	Combustíveis e lubrificantes	5 187,54	98,36	5174%
6243	Água	42 206,02	80 521,55	-48%

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Semestre		Variação
		2024	2023	%
6251	Deslocações e estadas	1 255,06	2 332,21	-46%
6253	Transporte de mercadorias	77,40	122,01	-37%
6262	Comunicações	3 389,86	3 771,42	-10%
6263	Seguros	885,80	1 372,86	-35%
6266	Despesas de representação dos serviços	0,00	288,84	-100%
6267	Limpeza, higiene e conforto	3 550,29	8 241,58	-57%
6269	Outros serviços	59 234,63	61 498,02	-4%
	Total	187 786,76	284 259,44	-34%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um decréscimo de 34%, comparativamente ao período homólogo.

Para este decréscimo concorreram as reduções da publicidade, comunicação e imagem, conservação e reparação, peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, eletricidade, água, deslocações e estadas. Transporte de mercadorias, comunicações, seguros, despesas de representação dos serviços, e limpeza, higiene e conforto.

6.2. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 14 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Semestre		Variação
		2024	2023	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	21 376,35	19 375,71	10%
632	Remunerações do pessoal	462 970,83	419 697,00	10%
634	Indemnizações	645,73	0,00	100%
635	Encargos sobre remunerações	102 423,61	96 492,22	6%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	4 842,43	4 526,98	7%
63512	Encargos com o restante pessoal	97 581,18	91 965,24	6%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 901,32	2 826,36	38%
638	Outros gastos com o pessoal	4 181,27	1 421,80	194%
	Total	595 499,11	539 813,09	10%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal”, teve um acréscimo de 10%, comparativamente ao período homólogo.

Para este acréscimo concorreram os aumentos em todas as rubricas pelas razões já atrás explanadas.

7. Demonstrações Financeiras

7.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/23
		2024	2023	
Vendas		41 746,98	25 795,54	694 765,10
Prestações de serviços		852 559,92	676 639,24	1 138 182,73
Transferências correntes e subsídios à exploração				-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(28 538,15)	(14 344,60)	(676 156,88)
Fornecimentos e serviços externos		(187 786,76)	(284 259,44)	(759 623,15)
Gastos com o pessoal		(595 499,11)	(539 813,09)	(1 221 964,97)
Outros rendimentos e ganhos		5 482,88	24 275 503,35	18 804,66
Outros gastos e perdas		(6 553,84)	(8 744,66)	(63 563,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		81 411,92	24 130 776,34	(869 555,60)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(586 992,88)	(569 590,62)	(1 150 461,85)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		(505 580,96)	23 561 185,72	(2 020 017,45)
Juros e gastos similares suportados		-	(157 143,76)	(157 143,76)
Resultado antes de impostos		(505 580,96)	23 404 041,96	(2 177 161,21)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(590,46)
Resultado líquido do período		(505 580,96)	23 404 041,96	(2 177 751,67)

Fonte – Opção Divina

No que concerne aos Rendimentos da empresa no primeiro semestre de 2024, face ao período homólogo de 2023, temos a observar o seguinte:

- O acréscimo do volume de negócios, deve-se essencialmente às vendas de merchandising da Pro Shop do Campo de Golfe do Porto Santo, bem como das receitas provenientes da Operação Escandinávia, com a entrada de novos praticantes oriundos da Noruega.

- O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas registou um aumento, resultante do acréscimo das vendas;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam uma redução que advém da estabilidade na necessidade de trabalhos de manutenção/reparação nos diversos empreendimentos, justificado pelo elevado investimento, realizado no ano anterior e devido a estarmos a trabalhar em duodécimos;
- Os Gastos com o Pessoal registaram um aumento, resultante da entrada em vigor do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho, bem como das atualizações salariais;
- A redução verificada nos Outros Rendimentos e Ganhos, deveu-se essencialmente a que em 2023 os valores dos empréstimos contraídos junto da banca internacional e que passaram para a RAM, terem sido contabilizados inicialmente na 78 e depois reclassificados na 25. Em 2024 isto já não aconteceu;
- A redução verificada nos juros e gastos similares suportados deveu-se a que em 2023 foram contabilizados juros dos empréstimos ativos contraídos junto da banca internacional, o que não aconteceu em 2024 pois houve cedência da posição contratual dos empréstimos para a RAM em 2023.

7.2. Balanço

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/23
		2024	2023	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis		34 333 669,96	34 752 008,00	34 859 359,04
Total de ativo não corrente		34 333 669,96	34 752 008,00	34 859 359,04
Ativo CORRENTE				
Inventários		4 907 975,17	5 549 166,30	4 936 513,32
Clientes		308 743,16	358 946,16	196 737,01
Estado e outros entes públicos		42 043,69	132 337,06	141 744,31
Outras contas a receber		10 206 314,21	10 202 510,25	10 790 049,44
Caixa e depósitos		2 524 596,63	2 394 882,23	1 645 471,36
Total de ativo corrente		17 989 672,86	18 637 842,00	17 710 515,44
TOTAL DO ATIVO		52 323 342,82	53 389 850,00	52 569 874,48
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		32 569 848,52	31 985 547,52	32 569 848,52
Prémios de emissão		1,62	1,62	1,62
Resultados transitados		(90 928 388,44)	(88 750 636,77)	(88 750 636,77)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		166 940,89	36 918,80	166 940,89
Resultado líquido do período		(505 580,96)	23 404 041,96	(2 177 751,67)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		20 821 356,63	46 194 408,13	21 326 937,59
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		6 364 070,00	6 364 070,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,67	-	24 266 666,67
Passivos por impostos diferidos		28 769,41		28 769,41
Total do passivo não corrente		30 659 506,08	6 364 070,00	30 659 506,08
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		36 246,11	159 331,79	-
Estado e outros entes públicos		74 930,09	52 506,20	783,72
Outras contas a pagar		731 303,91	619 533,88	582 647,09
Total do passivo corrente		842 480,11	831 371,87	583 430,81
TOTAL DO PASSIVO		31 501 986,19	7 195 441,87	31 242 936,89
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		52 323 342,82	53 389 850,00	52 569 874,48
		-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de e

Fonte – Opção Divina

7.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/23
		2024	2023	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		980 833,87	648 387,17	1 384 522,56
Pagamentos a fornecedores		-183 999,44	-249 835,32	-909 235,82
Pagamentos ao pessoal		-545 110,69	-394 131,14	-1 210 702,80
Caixa gerada pelas operações		251 723,74	4 420,71	-735 416,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento				20 016,28
Outros recebimentos/pagamentos		-74 180,98	-395 857,29	-432 858,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		177 542,76	-391 436,58	-1 148 258,52
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-64 318,49	-342 224,52	-1 157 615,51
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		181 600,00		647 260,00
Outros ativos				175 541,50
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		117 281,51	-342 224,52	-334 814,01
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		584 301,00		
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos			-157 143,76	-157 143,20
Juros e gastos similares				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		584 301,00	-157 143,76	-157 143,20
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		879 125,27	-890 804,86	-1 640 215,73
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 645 471,36	3 285 687,09	3 285 687,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 524 596,63	2 394 882,23	1 645 471,36
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 645 471,36	3 285 687,09	3 285 687,09
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		1 645 471,36	3 285 687,09	3 285 687,09
De execução orçamental			3 225 603,89	3 225 603,89
De operações de tesouraria			60 083,20	60 083,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 524 596,63	2 394 882,23	1 645 471,36
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		2 524 596,63	2 394 882,23	1 645 471,36
De execução orçamental		2 425 976,98	2 317 474,83	1 529 992,60
De operações de tesouraria		98 619,65	77 407,40	115 478,76

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte – Opção Divina

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar um aumento nos recebimentos de clientes, acima explicitado, e uma redução nos pagamentos a fornecedores.

8. INFORMAÇÃO ADICIONAL

8.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDPS, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 1 (um) Vogal Executivo e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Técnico Superior – 6 (seis), dos quais 3 são dirigentes ao abrigo de uma comissão de serviços, 1 está a exercer funções noutra entidade, ao abrigo de um acordo de cedência ocasional;
- Profissional de Golfe – 1 trabalhador;
- Assistente Técnico – 14 (treze) trabalhadores, sendo que três estão a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um contrato de interesse público;
- Assistente Operacional – 25 (vinte e cinco) trabalhadores, sendo que um trabalhador está a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público.

QUADRO 15 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º TRIMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
41	5	4	50

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

8.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	159 331,79	72 725,06	0,00	26 686,38	36 246,11

Fornecedores de Investimentos (271 - SNC-AP)	85,40	85,40	0,00	0,00	0,00
Total	159 417,19	72 810,46	0,00	26 686,38	36 246,11

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024
PMR (em dias)	47	26	10	58	32

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 188 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	2ºT 2023	3ºT 2023	4ºT 2023	1ºT 2024	2ºT 2024
PMP (em dias)	23	5	0	27	12

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

9. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos procedimentos, que permitam o aumento da receita e a redução dos custos.

Paralelamente, existe a procura contínua na diversificação do financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Funchal, 25 de julho de 2024

O Conselho de Administração,

A Presidente

(Nivalda Gonçalves)

A Vogal

(Fátima Carvalho Correia)



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2024

Julho de 2024

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	5
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2023-2026.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro semestre de 2024, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2024 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 30 de junho de 2024, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro semestre de 2024, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2024 são as seguintes:

Designação	2024			2023			Variação Execução
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	
RECEITAS CORRENTES	1 676 800	982 752	58,6%	1 676 800	652 732	38,9%	330 020
Venda de bens e serviços correntes	1 622 272	981 371	60,5%	1 622 272	647 700	39,9%	333 670
Outras receitas correntes	54 528	1 381	2,5%	54 528	5 031	9,2%	-3 650
RECEITAS DE CAPITAL	2 347 991	765 901	32,6%	1 925 610	16 750	0,9%	749 151
Venda de bens de investimento	848 166	181 600	21,4%	0	0	0,0%	181 600
Transferências de capital	1 230 309	0	0,0%	1 341 309	16 750	1,2%	-16 750
Ativos financeiros	269 516	584 301	216,8%	584 301	0	0,0%	584 301
OUTRAS RECEITAS	4 755 600	1 529 993	32,2%	3 225 606	3 225 604	100,0%	-1 695 611
Saldo da gerência anterior	4 755 600	1 529 993	32,2%	3 225 606	3 225 604	100,0%	-1 695 611
TOTAL	8 780 391	3 278 646	37,3%	6 828 016	3 895 086	57,0%	-616 440

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2024 ascende a 37,3%, que se traduz em 3.278.646 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 616.000 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este inferior em cerca de 1.696.000 euros, comparativamente ao registado em igual período do ano anterior;
- ✓ Em sentido inverso, a rubrica de “receitas correntes” apresenta um aumento de cerca de 330.000 euros, maioritariamente resultante da exploração do campo de golfe do porto santo, complexo de ténis, centro cultural e de congressos e ainda da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos;
- ✓ As receitas de “ativos financeiros” registaram uma execução de 584.300 euros, decorrente da injeção de capital por parte do acionista R.A.M.;
- ✓ O aumento registado na rubrica “venda de bens de investimento”, de 181.600 euros, resulta da venda de um lote do loteamento do Porto Santo Golfe.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2024 são as seguintes:

Designação	2024			2023		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	4 124 539	788 350	19,1%	3 023 917	848 863	28,1%
Despesas com pessoal	2 270 367	548 808	24,2%	1 844 745	479 088	26,0%
Aquisição de bens e serviços	1 581 586	183 869	11,6%	966 586	249 849	25,8%
Juros e outros encargos	157 644	29	0,0%	157 644	76 351	48,4%
Transferências correntes	15 528	5 960	38,4%	15 528	7 471	48,1%
Outras despesas correntes	99 414	49 684	50,0%	39 414	36 104	91,6%
DESPESAS DE CAPITAL	4 655 852	64 318	1,4%	3 804 099	729 048	19,2%
Aquisição de bens de capital	4 269 028	64 318	1,5%	3 417 275	342 225	10,0%
Ativos financeiros	386 824	0	0,0%	386 824	386 824	100,0%
TOTAL	8 780 391	852 669	9,7%	6 828 016	1 577 911	23,1%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2024 situa-se nos 9,7%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 852.669 euros.

Verifica-se uma diminuição de cerca de 725.000 euros face à realizada no período homólogo, devido a esse feito, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ As rubricas “*ativos financeiros*” e “*juros e outros encargos*” apresentam uma redução global de 463.000 euros, essencialmente, devido à transferência dos empréstimos contraídos junto da banca internacional, para o acionista RAM;
- ✓ A “*aquisição de bens de capital*” apresenta uma redução de aproximadamente 278.000 euros, pelo facto de não terem sido iniciadas as obras previstas para 2024;
- ✓ A execução orçamental da rubrica “*aquisição de bens e serviços*” regista uma diminuição aproximada de 66.000 euros, face a igual período do ano anterior, decorrente, sobretudo, do facto de estar em vigor o regime transitório de execução orçamental;
- ✓ Com tendência inversa, as “*despesas com o pessoal*” apresentam um incremento de cerca de 69.700 euros, justificado, essencialmente, pelos aumentos salariais e implementação do Acordo Coletivo de Trabalho;
- ✓ A execução da rubrica de “*outras despesas correntes*” ascendeu a cerca de 50.000 euros, superior em 13.500 euros face ao suportado no período homólogo, decorrente, essencialmente, do pagamento de taxas associadas ao Contrato de Concessão de Domínio Público Marítimo para o empreendimento do Penedo do Sono.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2024.

Salientamos que se encontra concluído o processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente até ao final deste exercício.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 34.859 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade.*

Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2023.

De salientar, que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a produzir efeitos no exercício de 2024.

- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.*

- *Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.*

Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativamente ao acordo acima referido, em 2021 foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.017 milhares de euros, por contrapartida de custos desse exercício, a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial.

De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP e ainda uma estimativa de custas judiciais. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.017 milhares de euros, não nos é possível quantificar a subavaliação do Ativo e do Património Líquido que decorre da aquisição do terreno em questão.”

Conforme reportado no relatório semestral de execução orçamental, até ao fim do presente semestre, em função da situação política, ainda não foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para 2024, vigorando o regime transitório de execução orçamental, nos termos do artigo 58º da Lei de Enquadramento Orçamental. A realização das receitas e das despesas encontra-se assim condicionada pela aplicação do regime duodecimal. Salienta-se que, decorrente do facto anterior, o valor do orçamento corrigido apresentado na rubrica “*saldo gerência anterior*” inclui o saldo do orçamento de 2023 (saldo de gerência de 2022), de 3.225.606 euros, e o saldo efetivo da gerência de 2023, 1.529.993 euros, situação que origina uma sobrevalorização do valor total do orçamento.

Ao nível da contabilidade patrimonial, enfatizamos o facto de em 2023 ter sido registado inicialmente na rubrica de resultados “*outros rendimentos*”, por débito da rubrica de passivo “*financiamentos obtidos*”, o montante de 24.2666.666 euros, em resultado da transferência para o acionista R.A.M, da responsabilidade inerente a empréstimos contraídos junto da banca estrangeira. Contudo, em dezembro desse ano, a R.A.M clarificou que não prescindiu do direito de ser ressarcida dos valores assumidos através da referida operação, pelo que o montante foi reclassificado, nessa data, da rubrica de resultados para “*financiamentos obtidos*”, aguardando-se a formalização de um contrato de mútuo entre as partes.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 29 de julho de 2024

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)